

# O CANAL DE JORDÃO E A SIRIA

07 Barreto Leite Filho 8. r.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas deve votar dentro de alguns dias, se novos adiamentos não intervierem, um projeto de resolução dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, conferindo definitivamente poderes ao presidente da Comissão Mista de Armistício entre Israel e a Síria, para decidir sobre as obras públicas que possam ser executadas dentro da Zona Desmilitarizada do território do primeiro destes dois países, ao longo da fronteira com o segundo, ou melhor, em que condições essas obras públicas poderão ser executadas, de modo a não ferir direitos de terceiros. Esse projeto de resolução das três grandes potências ocidentais tornou-se necessário em vista das objeções levantadas pela Síria à abertura do Canal de B'not Ya'akov, planejado por Israel para aproveitar uma parte das águas do Jordão, dirigindo-a para uma represa que deve acionar uma central elétrica, nas proximidades do Lago Tiberias. A questão, nos seus termos essenciais, não é nova. Em 1951 surgiu um debate, em todos os sentidos semelhante, a propósito das obras de drenagem dos pantanos do Lago Hula, na mesma área, um pouco ao norte do canal agora em exame. O Conselho decidiu no mesmo sentido do projeto norte-americano - anglo-francês agora apresentado, e a drenagem foi levada a efeito, com a aprovação do presidente da Comissão de Armistício, que é o representante das Nações Unidas no lugar. Mas as objeções sírias são típicas do gênero de dificuldades que certos países árabes vizinhos de Israel procuram incansavelmente criar à vida desta república e, em consequência, à solução do problema da paz e da harmonia, no Oriente Médio.

Em nenhum ponto o curso do Jordão sequer toca o território sírio. O pretexto para as objeções reside apenas em que, na sua parte mais alta, o traçado do canal percorre uma faixa situada dentro da Zona Desmilitarizada. Dado que um canal para alimentar uma represa que deve por sua vez acionar uma central elétrica não é uma obra militar, aquele traçado de nenhum modo ofende a desmilitarização da Zona, nem o assunto é considerado na Convenção de Armistício. Dado, além disto, que tudo se passa estritamente dentro de território israeli, nem se fica sabendo a que título a Síria se acha com o direito de intervir na matéria. Ocorre, porém, que o chefe de Estado Maior da Comissão de Tregua a princípio criada, e hoje presidente da Comissão de Armistício, um general norte-americano posto ao serviço das Nações Unidas, tem, entre as suas atribuições, a de zelar para que os direitos privados — propriedades de terras e privilégios de irrigação — existentes dentro da Zona Desmilitarizada, não sejam prejudicados. É exclusivamente a este título que o referido general tem a faculdade de intervir no assunto, desde que não se trate, naturalmente, de obras militares. Mas a Síria, partindo inclusive da premissa falsa de que o Jordão di-

vide os dois países, o que não é exato porque o território sírio não chega sequer à margem do rio, deseja reservar para si o direito de vetar a construção do canal. Se isto acontecesse, o canal nunca seria construído, e Israel, país escasso em água, ficaria condenado a uma eterna servidão aos auxílios do exterior pela impossibilidade de desenvolver a sua economia mediante o aproveitamento dos precários recursos naturais de que dispõe. É, em suma, da parte da Síria, um franco ato de guerra política e econômica, praticado justamente, como inúmeros outros, quando se trata de converter o armistício em paz.

O governo de Israel considera essa obra como de importância decisiva para a sobrevivência do país. Precisamente por isto é que a Síria quer impedi-la, pois de outro modo o canal não a afeta em nada. Por sua vez a Rússia, sempre disposta a tringar, juntou-se ao bloco árabe para transferir a aprovação do projeto ocidental, no Conselho de Segurança. Esta aprovação, de que o Brasil, outra vez membro do Conselho será chamado a participar, coerente, aliás, com o voto dado antes, em condições análogas, é não apenas uma questão de justiça, mas também de ordem e de autoridade.